



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Pró-Reitoria de Administração

TERMO DE REFERÊNCIA

(Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços - Compras)

1. DO OBJETO

1.1 Eventual aquisição de **equipamentos, materiais e outros produtos de uso hospitalar** para atender o Hospital Maternidade São Domingos Sávio - (Unidade Avançada José Veríssimo) através da **Pró-Reitoria de Administração (PROAD)**, em Niterói – RJ, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.2 A Planilha estimativa com Descrição dos itens encontra-se no **Anexo I-A** deste Termo de Referência.

1.3 A Planilha com descrição dos endereços de entrega encontra-se no **Anexo I-B** deste Termo de Referência.

1.4 Margens de Preferência:

1.4.1 Em atendimento ao Decreto nº 8.538/2015 e Lei Complementar nº 123/2006, esta Administração procederá com Exclusividade em 100% de itens comuns para empresas enquadradas como Microempresas, ou Empresas de Pequeno Porte (item abaixo de R\$80.000,00) e, caso não haja itens nessas condições, estabelecerá Margens de Preferência (cota reservada de até 25% do objeto).

1.4.2 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.4.3 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4.4 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.4.5 Quando a licitação se enquadrar nas hipóteses elencadas no Artigo 10 do Decreto 8.538/15, não haverá exclusividade para os itens acima de R\$ 80.000,00.

1.5 Com o Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019, foi permitido estabelecer o critério de disputa dos licitantes na fase de lances (Modo Aberto ou Aberto-Fechado). Sugere-se então que sejam respeitados os descritivos por itens no **Anexo I-A** do referido Termo de Referência.

1.6 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A referida contratação tem como objetivo a aquisição de materiais hospitalares, visando prover o Hospital Maternidade São Domingos Sávio para a manutenção da adequada assistência em saúde ao grupo materno infantil em regime de internação e ponto atendimento ao parto e nascimento e intercorrências Gineco-Obstétricas.

2.2 A escolha pelo Registro de Preços deu-se considerando a necessidade de contratações frequentes, assim como, por ser mais conveniente para a Administração que as aquisições ocorram de forma parcelada, evitando a formação de estoque, dentro do contexto legal enquadrado nas hipóteses do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013;

2.3 A célula orçamentária reservada para efetuar a presente aquisição será apresentada no momento da emissão da nota de empenho.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 A aquisição do objeto deste Termo de Referência deverá ser realizada na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, em observância ao §1º do Art. 1º do Decreto nº 10.024/19, considerando que os serviços e bens são considerados comuns, conforme as características previstas no Art. 1º da Lei nº 10.520/02.

3.2 Os bens e serviços deste Termo de Referência são considerados comuns, pois os padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos no Edital por meio de especificações usuais praticadas no mercado e as escolhas feitas poderão ter base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação criteriosa.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do envio da nota de empenho em remessa (*única ou parcelada*), nos endereços relacionados no **Anexo I-B** do Edital.

4.2 As informações sobre a entrega estarão indicadas no campo observação/finalidade da nota de Empenho, salvo se informada no ato da entrega do Empenho.

4.3 As notas de Empenhos, encaminhadas por este Órgão, se dará através de comunicação por email, indicado no **Anexo I-C** (indicação de Preposto) e deverá ser confirmada em até 24 horas úteis, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.

4.4 Caso o volume de produtos a serem entregues seja de grande porte ou quantidade, é necessário o agendamento prévio da entrega.

4.5 No caso de produtos biológicos que necessitem de conservação em refrigeração, deverá ser agendada a entrega e informadas as condições de armazenamento e conservação para os mesmos.

4.6 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

4.7 No caso de materiais permanentes, o prazo de garantia dos objetos ofertados deverá ser de no mínimo 12 meses.

4.8 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo (a) responsável no local de entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.9 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.10 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante

termo circunstanciado.

4.10.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Contratante:

5.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;

5.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:

6.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (quando pertinente);

6.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5 manter, durante toda a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6 indicar preposto para representá-la durante a contratação (**Anexo I-C**);

6.1.6.1 A Contratada deverá nomear um preposto responsável pela contratação, que deverá ser apresentado no ato da apresentação da Proposta e/ou quando houver substituição ou promoção; com a missão de garantir, notavelmente, o bom andamento dos trabalhos, fiscalizando e ministrando orientações

necessárias ao fornecimento do material, de acordo com as normas pré-estabelecidas pela contratante, sem ônus algum para a CONTRATANTE;

6.1.6.2 A CONTRATADA deverá manter o preposto para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº CPF e do documento de identidade;

6.1.6.3 O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas referentes à contratação;

6.1.6.4 A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento de confirmação do recebimento das Notas de Empenho por email, no prazo máximo de 24 horas úteis.

7. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

7.1

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) servidores.

10.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até trinta (30) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução **definitiva** do objeto do contrato, tendo como prazo máximo 30 dias após atesto provisório.

11.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.7 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.10.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.11.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.12 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE

12.1 Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução derivada desse Pregão Eletrônico.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS (PARA EQUIPAMENTOS)

14.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.2 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

14.3 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.4 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.5 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.6 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.7 Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

14.8 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

14.9 Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

14.10 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

14.11 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

14.12 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado da vigência da licitação e da proposta, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3 falhar ou fraudar na execução da contratação;

15.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5 cometer fraude fiscal.

15.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1 **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2 multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

15.2.3 multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.6 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.6.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência;

15.2.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.3 As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

16.1 O custo estimado da total da contratação e o valor máximo aceitável por itens está previsto no Anexo I-A deste Termo de Referência.

16.2 Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do **Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG**.

16.3 Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do **CATMAT** e do presente Termo de Referência, prevalecem as últimas.

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 De acordo o Decreto 7892/2013, Art. 7º § 2º:

“Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.”



Documento assinado eletronicamente por **Joao Paulo Marques Moraes, Substituto(a) Eventual do(a) Pró-Reitor(a) de Administração**, em 30/10/2020, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.uff.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0281019** e o código CRC **07CFA63A**.

COORDENAÇÃO DE MATERIAIS
ANEXO I-A - PLANILHA ESTIMATIVA DE DESCRIÇÃO E PREÇOS

PE 92/2020 - EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DESCARTÁVEIS E OUTROS PARA USO HOSPITALAR

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (UAV 153001)	QUANTIDADE TOTAL ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES	VALOR DE REFERÊNCIA (unitário) (R\$)	VALOR DE REFERÊNCIA (total)(R\$)	Exclusivo ME/EPP (SIM ou NÃO) (abaixo de R\$80.000,00)	Margem de Preferência - Decreto 8538/2015 - Margem de até 25% - Duplicar o item	Modo de Disputa da etapa de Lances	Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances
1	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 25x7 -	UNID.	40.000	40.000	R\$ 0,0800	R\$ 3.200,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
2	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 20 x 5,5	UNID.	20.000	20.000	R\$ 0,0800	R\$ 1.600,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
3	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 25 x 6	UNID.	20.000	20.000	R\$ 0,0800	R\$ 1.600,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
4	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 30x8	UNID.	20.000	20.000	R\$ 0,0900	R\$ 1.800,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
5	AGULHA HIPODÉRMICA DESCART. 40x12	UNID.	8.000	8.000	R\$ 0,0700	R\$ 560,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
6	AGULHA DESCARTÁVEL P/RAQUE Nº 25	UNID.	1.600	1.600	R\$ 4,1600	R\$ 6.656,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
7	AGULHA DESCARTÁVEL P/RAQUE Nº 26	UNID.	1.200	1.200	R\$ 5,0400	R\$ 6.048,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,02
8	ALGODÃO HIDRÓFILO - ROLO 500G.	ROLO	160	160	R\$ 11,1500	R\$ 1.784,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,03
9	AMNIÓTOMO DESCARTÁVEL	UNID.	2.000	2.000	R\$ 1,4500	R\$ 2.900,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
10	ATADURA CREPOM 10 CM 13 FIOS 1,8M	UNID.	1.440	1.440	R\$ 0,4100	R\$ 590,4000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
11	ATADURA CREPOM 20 CM 13 FIOS 1,8M	UNID.	800	800	R\$ 0,7900	R\$ 632,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
12	AVENTAL PROCEDIMENTOS BRANCO DESCARTÁVEL MANGA LONGA, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO/POLIPROPILENO GRAMATURA 25	UNID.	1.200	1.200	R\$ 3,3100	R\$ 3.972,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
13	CATETER INTRAVENOSO Nº 18	UNID.	2.400	2.400	R\$ 0,9400	R\$ 2.256,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
14	CATETER INTRAVENOSO Nº 20	UNID.	2.400	2.400	R\$ 1,0200	R\$ 2.448,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
15	CATETER INTRAVENOSO Nº 22	UNID.	2.400	2.400	R\$ 0,9100	R\$ 2.184,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
16	CATETER INTRAVENOSO Nº 24	UNID.	2.400	2.400	R\$ 1,0000	R\$ 2.400,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
17	CATETER OXIGENIO TIPO ÓCULOS ADULTO	UNID.	1.200	1.200	R\$ 1,0900	R\$ 1.308,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01

18	CATETER UMBILICAL MONOLUMEM Nº 3,0	UNID.	200	200	R\$ 25,7200	R\$ 5.144,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,05
19	CATETER UMBILICAL MONOLUMEM Nº 3,5	UNID.	800	800	R\$ 25,5500	R\$ 20.440,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,05
20	CATETER UMBILICAL MONOLUMEM Nº 4,0	UNID.	200	200	R\$ 19,4100	R\$ 3.882,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,03
21	CLAMP UMBILICAL DESCARTÁVEL	UNID.	4.000	4.000	R\$ 0,5800	R\$ 2.320,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
22	COLETOR URINA SISTEMA FECHADO 2000 ML	UNID.	800	800	R\$ 3,1400	R\$ 2.512,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
23	COMPRESSA GAZE 7,5x7,5 – 9 FIOS – 8 DOBRAS - PCT.C/500	PCT.	1.200	1.200	R\$ 13,5500	R\$ 16.260,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,03
24	EQUIPO COM BURETA GRADUADA PARA SORO	UNID.	2.400	2.400	R\$ 5,7000	R\$ 13.680,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,02
25	EQUIPO EXTENSOR MULTIVI (2 VIAS)	UNID.	8.000	8.000	R\$ 0,7200	R\$ 5.760,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
26	EQUIPO MACROGOTAS C/PINÇA ROL ENTRADA PARA EV EM "Y"	UNID.	10.000	10.000	R\$ 1,0500	R\$ 10.500,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
27	EQUIPO MICROGOTAS C/PINÇA ROL ENTRADA PARA EV EM "Y"	UNID.	4.000	4.000	R\$ 1,1400	R\$ 4.560,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
28	EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSÃO COMPATÍVEL PARA BOMBA AGILIA VL ST01	UNID.	800	800	R\$ 31,0100	R\$ 24.808,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,05
29	EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSÃO COMPATÍVEL PARA BOMBA SANTRONIC 1000 (MILSET ST1000 set)	UNID.	800	800	R\$ 26,4700	R\$ 21.176,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,05
30	EQUIPO PARA TRANSFUSÃO DE SANGUE	UNID.	800	800	R\$ 4,4100	R\$ 3.528,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
31	ESCOVINHA P/DEGERMAÇÃO CIRÚRGICA COM PVPI	UNID.	2.400	2.400	R\$ 1,5000	R\$ 3.600,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
32	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL BRANCO 10x4,5	ROLO	880	880	R\$ 5,8200	R\$ 5.121,6000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,02
33	ESPARADRAPO HIPOALÉRGICO (TIPO MICROPORÉ®) 5x4,5	ROLO	400	400	R\$ 6,6400	R\$ 2.656,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,02
34	FIO CIRÚRGICO – PROLENE 2-0 C/AG. 4CM	ENV.	384	384	R\$ 2,4000	R\$ 921,6000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
35	FIO CIRÚRGICO – PROLENE 0 C/AG. 4 CM	ENV.	384	384	R\$ 2,8400	R\$ 1.090,5600	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01

36	FIO CIRÚRGICO – CATIGUT CROMADO 0 C/AG. 4 a 5 CM	ENV.	1.152	1.152	R\$ 3,5900	R\$ 4.135,6800	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
37	FIO CIRÚRGICO – CATIGUT CROMADO 2-0 C/AG. 4 a 5 CM	ENV.	1.152	1.152	R\$ 3,2200	R\$ 3.709,4400	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
38	FIO CIRÚRGICO – CATIGUT CROMADO 3-0 C/AG. 4 a 5 CM	ENV.	384	384	R\$ 3,7500	R\$ 1.440,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
39	FIO CIRÚRGICO – CATIGUT SIMPLES 0 C/AG. 4 a 5 CM	ENV.	1.152	1.152	R\$ 3,4800	R\$ 4.008,9600	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
40	FIO CIRÚRGICO - CATIGUT SIMPLES 2-0 C/AG. 4 a 5 CM	ENV.	1.152	1.152	R\$ 3,0600	R\$ 3.525,1200	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
41	FIO CIRÚRGICO - CATIGUT SIMPLES 3-0 C/AG. 4 a 5 CM	ENV.	384	384	R\$ 4,2600	R\$ 1.635,8400	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
42	FIO CIRÚRGICO – KIT OBSTÉTRICO CROMADO 0 C/AG. 3 FIOS	ENV.	1.600	1.600	R\$ 11,6300	R\$ 18.608,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,03
43	FIO CIRÚRGICO – KIT OBSTÉTRICO CROMADO 2-0 C/AG. 3 FIOS	ENV.	800	800	R\$ 9,7500	R\$ 7.800,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,02
44	FIO CIRÚRGICO - KIT CÉSARIA -	ENV.	800	800	R\$ 33,1000	R\$ 26.480,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,05
45	FIO CIRÚRGICO – NYLON 0 C/AG 4 CM	ENV.	384	384	R\$ 1,7300	R\$ 664,3200	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
46	FIO CIRÚRGICO – NYLON 2-0 C/AG. 4 CM	ENV.	576	576	R\$ 1,3000	R\$ 748,8000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
47	FIO CIRÚRGICO – NYLON 3-0 C/AG. 4 CM	UNID.	576	576	R\$ 1,8000	R\$ 1.036,8000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
48	FIO CIRÚRGICO – VICRYL 0 C/AG. 4CM ½ CILINDR.	ENV.	384	384	R\$ 5,8900	R\$ 2.261,7600	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,02
49	FIO CIRÚRGICO – VICRYL 2-0 C/AG. 4CM ½ CILINDR.	ENV.	384	384	R\$ 6,3600	R\$ 2.442,2400	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,02
50	FITA ADESIVA CREPE HOSPITALAR MULTIUSO	ROLO	288	288	R\$ 2,8700	R\$ 826,5600	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
51	FITA PARA GLICEMIA CAPILAR COMPATÍVEL COM ONCAL PLUS e/ou BIOLAND – CX.C/50	CX.	400	400	R\$ 27,7300	R\$ 11.092,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,05
52	FITA TESTE PARA AUTOCLAVE	ROLO	288	288	R\$ 3,2600	R\$ 938,8800	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
53	GAZE TIPO QUEIJO 9 FIOS 9,1cm x 91m	ROLO	160	160	R\$ 30,2300	R\$ 4.836,8000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,05

54	GORRO/TOUCA DESCART. BRANCA COM ELÁSTICO EM TNT	UNID.	20.000	20.000	R\$ 0,3300	R\$ 6.600,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
55	IODOPOLIVIDONA ALCOOLICO - CIRÚRGICO	LITRO	240	240	R\$ 17,9100	R\$ 4.298,4000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,03
56	IODOPOLIVIDONA AQUOSO - TÓPICO	LITRO	240	240	R\$ 21,0800	R\$ 5.059,2000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,05
57	IODOPOLIVIDONA DEGERMANTE	LITRO	240	240	R\$ 22,5100	R\$ 5.402,4000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,05
58	LÂMINA BISTURI Nº 23 Cx c/ 100 unidades	Cx	32	32	R\$ 28,2600	R\$ 904,3200	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,05
59	LUVA CIRÚRGICA LATEX ESTÉRIL Nº 7,0	PAR	2.400	2.400	R\$ 1,3200	R\$ 3.168,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
60	LUVA CIRÚRGICA LATEX ESTÉRIL Nº 7,5	PAR	4.800	4.800	R\$ 1,3800	R\$ 6.624,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
61	LUVA CIRÚRGICA LATEX ESTÉRIL Nº 8,0	PAR	2.400	2.400	R\$ 1,5900	R\$ 3.816,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
62	LUVA DESCART. LATEX PROCED. AMBID. (P) – CX.C/100	CAIXA	200	200	R\$ 24,9300	R\$ 4.986,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,05
63	LUVA DESCART. LATEX PROCED. AMBID. (M) – CX.C/100	CAIXA	2.000	2.000	R\$ 23,1000	R\$ 46.200,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,05
64	LUVA DESCART. LATEX PROCED. AMBID. (G) – CX.C/100	CAIXA	200	200	R\$ 26,7100	R\$ 5.342,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,05
65	LUVA DESCART. VINIL PROCED. AMBID. (M) – CX.C/100	CAIXA	600	600	R\$ 17,7900	R\$ 10.674,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,03
66	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCART. TRIPLA PROTEÇÃO/4 FIOS C/ELÁSTICO	UNID.	12.000	12.000	R\$ 0,4900	R\$ 5.880,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
67	PROPÉ/SAPATILHA DESCARTÁVEL EM POLIPROPILENO	PAR	12.000	12.000	R\$ 0,3200	R\$ 3.840,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
68	SCALP Nº 19	UNID.	1.600	1.600	R\$ 0,1800	R\$ 288,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
69	SCALP Nº 21	UNID.	2.400	2.400	R\$ 0,1900	R\$ 456,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
70	SCALP Nº 23	UNID.	2.400	2.400	R\$ 0,1900	R\$ 456,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
71	SCALP Nº 25	UNID.	1.200	1.200	R\$ 0,2100	R\$ 252,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01

72	SCALP Nº 27	UNID.	400	400	R\$ 0,2000	R\$ 80,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
73	SERINGA DESCART. 3 ML SEM AGULHA	UNID.	16.000	16.000	R\$ 0,1500	R\$ 2.400,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
74	SERINGA DESCART. 3 ML COM AGULHA 25x7	UNID.	20.000	20.000	R\$ 0,2400	R\$ 4.800,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
75	SERINGA DESCART. 5 ML SEM AGULHA	UNID.	16.000	16.000	R\$ 0,1400	R\$ 2.240,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
76	SERINGA DESCART. 10 ML SEM AGULHA	UNID.	24.000	24.000	R\$ 0,2300	R\$ 5.520,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
77	SERINGA DESCART. 20 ML SEM AGULHA	UNID.	24.000	24.000	R\$ 0,3600	R\$ 8.640,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
78	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL EM PVC ATÓXICA CURTA Nº 4	UNID.	800	800	R\$ 0,8700	R\$ 696,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
79	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL EM PVC ATÓXICA CURTA Nº 6	UNID.	1.600	1.600	R\$ 0,6700	R\$ 1.072,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
80	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL EM PVC ATÓXICA CURTA Nº 8	UNID.	1.600	1.600	R\$ 0,6300	R\$ 1.008,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
81	SONDA NASOGÁSTRICA EM PVC ATÓXICA CURTA Nº 6	UNID.	800	800	R\$ 0,7500	R\$ 600,0000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
82	SONDA VESICAL TIPO FOLEY Nº 12	UNID.	288	288	R\$ 3,5900	R\$ 1.033,9200	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
83	SONDA VESICAL TIPO FOLEY Nº 14	UNID.	288	288	R\$ 3,2800	R\$ 944,6400	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
84	SONDA VESICAL TIPO FOLEY Nº 16	UNID.	288	288	R\$ 3,2600	R\$ 938,8800	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,01
85	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL LASER SEM CONTATO	UNID.	80	80	R\$ 124,0700	R\$ 9.925,6000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,12
86	OXÍMETRO DE DEDO INFANTIL DIGITAL	UNID.	48	48	R\$ 158,9500	R\$ 7.629,6000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,12
87	OXÍMETRO DE DEDO ADULTO DIGITAL	UNID.	48	48	R\$ 147,3900	R\$ 7.074,7200	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,12
88	ESFIGMOMANÔMETRO DE PULSO DIGITAL ADULTO	UNID.	40	40	R\$ 143,9600	R\$ 5.758,4000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,12
89	ESFIGMOMANÔMETRO DE BRAÇO DIGITAL ADULTO	UNID.	40	40	R\$ 178,4800	R\$ 7.139,2000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,12

90	ESFIGMOMANÔMETRO DE BRAÇO ANERÓIDE ADULTO	UNID.	80	80	R\$ 89,1900	R\$ 7.135,2000	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,10
91	MANÔMETRO COM FLUXÔMETRO E UMIDIFICADOR PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO HOSPITALAR	UNID.	48	48	R\$ 269,9300	R\$ 12.956,6400	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,20
92	KIT MICRONEBULIZAÇÃO – MÁSCARA, RECIPIENTE PARA SOLUÇÃO E CHICOTE ADULTO	UNID.	72	72	R\$ 7,8100	R\$ 562,3200	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,02
93	KIT MICRONEBULIZAÇÃO – MÁSCARA, RECIPIENTE PARA SOLUÇÃO E CHICOTE INFANTIL	UNID.	24	24	R\$ 6,8400	R\$ 164,1600	SIM	NÃO	Aberto	R\$ 0,02
TOTAL						R\$ 488.654,9600				

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRO REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

ANEXO I-B DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 92/2020

PROCEDIMENTOS PARA ENTREGA DE MATERIAIS

1. Observar na nota de empenho a Razão Social e o CNPJ da UFF para a emissão da Nota Fiscal;
2. Encaminhar cópia da nota de empenho junto à Nota Fiscal;
- 2.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
3. Constar na Nota Fiscal o número da nota de empenho e seus dados bancários (número do banco, agência e conta corrente);
4. Entrar em contato com o responsável para, se necessário, agendar a entrega para evitar o retorno do material;
5. O endereço de faturamento dos dados das Unidades da UFF é diferente dos endereços dos locais de entrega.
6. **CONTATO DA UASG**

UNIDADE AVANÇADA JOSÉ VERÍSSIMO (ORIXIMINÁ – PARÁ)
CNPJ – 28.523.215/0032-02
UASG – 153001

- **COORDENAÇÃO DE MATERIAL**
Tel.: (93) 99179-1463
E-mail: gs4gil@gmail.com
- **COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**
Tel.: (93) 99136-3511
E-mail: caugustobeta@gmail.com

7. LOCAIS DE ENTREGA DOS MATERIAIS:

ENDEREÇO PRINCIPAL DE ENTREGA (UFF – ORIXIMINÁ – PARÁ)

- **HOSPITAL MATERNIDADE SÃO DOMINGOS SÁVIO**
Rua Sete de Setembro, 2.019 – Centro – Oriximiná – Pará – PA – CEP: 68.270-000
Horário de entrega: 8:00 às 18:00 horas.



Responsável: Servidores e colaboradores do Hospital Maternidade São Domingos Sávio
Telefones: (93) 99179-1463 e (93) 99136-3511

ANEXO I-C DO EDITAL DE LICITAÇÃO PE N.º 92/2020/AD**INDICAÇÃO DE PREPOSTO JUNTO À UFF**

(em papel timbrado do licitante)

[Cidade], [dia] de [mês] de [ano]

À Universidade Federal Fluminense

A/C: Coordenação de Licitação da Pró-Reitoria de Administração

Assunto: Referência **Edital de Licitação por Pregão Eletrônico n.º 92/2020/AD**

Prezados Senhores:

Considerando a participação deste Licitante, e em consonância com o estabelecido no Termo de Referência do precitado Pregão eletrônico, indicamos o Preposto abaixo, apto a atuar nas questões relativas à Ata de Registro de Preços, caso nossa proposta seja homologada.

Identificação do Representante Legal da Empresa (Preposto):

Nome: _____

Documento de Identidade n.º _____; Órgão expedidor: _____

CPF/MF n.º _____

Email válido: _____

Telefone Fixo: () _____ Telefone Celular: () _____

Declaro, ainda, que temos pleno conhecimento que as eventuais notas de empenhos, encaminhadas por este Órgão Gerenciador e seus Participantes, se dará através de comunicação por e-mail do Preposto e deverá ser confirmada em até 24 horas úteis, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.

Em caso de necessidade de substituição do Preposto, a Contratada deverá notificar a Contratante apresentando novo nome, com seus dados pessoais e contato.

Atenciosamente

[Assinatura do Representante Legal e carimbo da Empresa]



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

ANEXO II DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 92/2020/AD

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

(nome empresarial da licitante) inscrita no CNPJ N.º : _____ com sede na

_____(endereço completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)
_____ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º
_____ e do CPF/MF n.º _____, para os fins
de habilitação no Pregão Eletrônico **92/2020**– UFF, DECLARA expressamente que atende aos critérios de
qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente,
em conformidade com a Instrução Normativa de nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e
Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG).

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2020.

REPRESENTANTE LEGAL



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

ANEXO III DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 92/2020/AD

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal Fluminense (PROAD/UFF), inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 28.523.215/0039-89, situada na Rua Miguel de Frias, 9, 1º andar, Icaraí, Niterói/RJ, CEP 24.220-900, neste ato representado pelo(a) Vera Lucia Lavrado Cupelo Cajazeiras, brasileiro(a), portador da Carteira de Identidade nº. 04676009-6, emitida pelo Detran - RJ, CPF nº 716.286.817-72, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 92/2020, publicada no DOU de/...../20....., processo administrativo n.º 23069.160213/2020-52, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **Aquisição de Equipamentos, Materiais e outros Produtos de uso hospitalar** para atender ao Hospital Maternidade São Domingos Sávio (UAJV) **no Município de Oriximiná no Estado do Pará - PA**, especificado no item 1 do Termo de Referência, anexos I-A e I-B do edital de *Pregão* nº 92/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, CEP _____, bairro _____, no Município _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário
1				
2				
3				
TOTAL DO FORNECEDOR				R\$ XXXXXXXXXXXXX

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Pró-Reitoria de Administração.

3.2. A divulgação da IRP n.º. 79/2020 foi dispensada, conforme §1º, Art. 4º, do Decreto 7.892/2013.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação. Cita-se como fundamentação o acórdão 1297/2015: “a adesão prevista no art. 22 do Decreto 7.892/2013 para órgão não participante (ou seja, que não participou dos procedimentos iniciais da licitação) é uma possibilidade anômala e excepcional, e não uma obrigatoriedade a constar necessariamente em todos os editais e contratos de preções para Sistema de Registro de Preços”.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura da mesma, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - 6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. por razão de interesse público; ou
 - 6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.
- 8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 1 via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Niterói, ____ de _____ de 2020.

VERA LUCIA LAVRADO CUPELO CAJAZEIRAS
Pró-Reitora de Administração

EMPRESA
Representante